

HABITAÇÃO EM PEQUENAS CIDADES: O CASO DE LEBON RÉGIS/SC/BRASIL

Dias, Vera Lucia Nehls¹;
Oliveira, Gustavo Moresco de²

1. Introdução

Estudar a problemática urbana das **pequenas cidades** é tarefa pioneira nos estudos urbanos brasileiros que tradicionalmente têm priorizado a escala metropolitana. Haja vista a grande produção acadêmica de geógrafos, urbanistas e sociólogos enfocando esta escala³.

Embora representem a maioria das configurações espaciais dos municípios brasileiros, as pequenas cidades não mereceram até então um estudo aprofundado dos seus problemas urbanos, lacuna para a qual esta pesquisa busca contribuir, tendo em vista, sobretudo, a obrigatoriedade de implementação de Planos Diretores para todas as cidades de 20 000 habitantes, que foi estabelecida na Constituição Federal de 1988.

Sobre os problemas urbanos das pequenas cidades interessa-nos, em particular, a questão habitacional para as populações de baixa renda que foi alvo de outra determinação legal recente no Brasil. Trata-se da Emenda Constitucional n° 26 de 2000 que, pela primeira vez na Constituição Federal, reconhece **a moradia como direito**⁴ e; também, do Estatuto da Cidade, lei n° 10.257 aprovada em 10 de julho de 2001, que regulamenta os capítulos n° 182 e 183 da política urbana da Constituição Federal de 1988.

Em relação ao tema central deste estudo, uma reflexão interessante e que nos parece pertinente nesta introdução é a de que a habitação tem sido tratada de maneira muito particular nas últimas décadas. De um lado popularizou-se como se fosse uma mercadoria de venda fácil, haja vista a crise econômica mundial que parece ter se iniciado nos EUA com a facilitação da aquisição da casa própria e com uma enorme inadimplência que se seguiu a estas aquisições e, de outro, pelo absoluto descaso com a produção de moradias para uma faixa econômica da população, e que em países como o Brasil inaugurou e intensificou, nas quatro últimas décadas, uma das mais graves situações urbanas do mundo com a proliferação de favelas.

A popularização da mercadoria habitação introduziu, em cidades-modelo como Florianópolis, uma nova configuração espacial de “pontos de venda de moradias”. A grande novidade são as **lojas imobiliárias** cujas vitrines são cuidadosamente decoradas com maquetes sofisticadas dos empreendimentos residenciais oferecidos, onde são visualizados, em dimensões reduzidas, o conjunto das edificações propostas (prédio com apartamentos e garagens, prédio com churrasqueiras, salões de festa e áreas comuns), as áreas de lazer (passeios, piscinas, quadras de

¹ Dr^a. Vera Lucia Nehls Dias, Professora do Curso de Geografia da UDESC/SC, tutora do grupo PET de Geografia.

² Acadêmico do Curso de Geografia da UDESC/SC, Bolsista de Pesquisa da UDESC.

³ Ver a este respeito as obras: CARLOS, Ana Fani Alessandri (2001) *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*, São Paulo, Contexto. CARLOS, Ana Fani Alessandri e CARRERAS, Carles (orgs.) (2005) *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*, São Paulo, Contexto. MAGNANI, José Guilherme C. e TORRES, Lilian de Lucca (direction) (2000), *Na Metrópole: textos de antropologia urbana*, São Paulo, EDUSP/ FAPESP. MARCON, Maria Terezinha de Resenes (2000), *A Metrópolização de Florianópolis: o papel do estado*, Capítulo 5. Dissertação de Mestrado, UFSC, CFH, Florianópolis. MARICATO, Ermínia (1996), *Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*, Estudos Urbanos Série Arte e Estudos Urbanos, SP, Hucitec. SOUZA, Marcelo José Lopes de, (2000), *O Desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

⁴ Emenda Constitucional n° 26 de 2000. *Artigo 6° São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.*

esportes), a vegetação, as áreas de circulação e acesso e, as áreas de segurança e funcionais (portarias, casa de máquinas, casa de tratamento de água, etc.). Estas edificações estão espalhadas pela cidade, como qualquer outro empreendimento comercial, nos lugares de passagem e de grande visibilidade dos consumidores ou, então, localizadas na “entrada” dos futuros prédios residenciais como uma espécie de “*showroom*” (ainda que a edificação não tenha sido iniciada, tratando-se de um planejamento apenas).

Estas **novas lojas** “fixas” não são exclusivas para venda de moradias. Existem ainda os “*trailers*” localizados em lugares estratégicos, próximos aos empreendimentos e os pontos de vendas em *shoppings centers* e supermercados. Estes, a exemplo das lojas, também oferecem maquetes e farto material impresso informando sobre as características e qualidade dos imóveis e sobre um suposto “conceito” das “novas necessidades” de “morar” e “viver bem”⁵.

A propaganda sobre a moradia também se intensificou e diversificou muito. É comum encontrarmos “garotas-propaganda” que ficam em semáforos e lugares de passagem com bandeiras da imobiliária chamando a atenção dos passantes e distribuindo panfletos. Incrições nas traseiras dos ônibus, sites de imobiliárias, *outdoors* espalhados pela cidade, material impresso de excelente qualidade, encartes em jornais e revistas, propagandas na televisão e no rádio são alguns exemplos do apelo publicitário que destaca a moradia e o morar bem.

Do paradoxo de produzir moradias para uma parcela reduzida de clientes e deixar uma enorme fatia de fora do mercado, se extrai um outro. As cidades grandes tornam-se referência/modelo para as pequenas, tanto no que diz respeito à idéia de “desenvolvimento” e daí decorre a aposta no tamanho (quanto maior mais “desenvolvida”) e na atividade industrial (quanto mais industrial for a cidade, mais “rica”, pois teria importante fonte geradora de empregos e renda); quanto no que diz respeito à crença de que nas grandes cidades haveria melhoria das condições de vida (garantida pela maior oferta de bens, serviços, opções de lazer, transportes, etc.). Este paradoxo recusa o olhar sobre uma situação gritante: ao mesmo tempo em que se constroem como modelos, as cidades grandes acumulam gigantescos e insolúveis problemas (habitação, transportes, saneamento, lixo, poluição, etc.).

Destas considerações e tendo em vista estas novas legislações que regulamentam as cidades é que esta pesquisa se engaja como contribuinte dos esforços necessários para conhecer e refletir sobre a formulação de políticas públicas para a habitação das populações de baixa renda nas pequenas cidades.

2. As pequenas cidades

O surgimento das cidades brasileiras esteve ligado às necessidades coloniais de defesa e manutenção do território, bem como aos interesses de exploração dos recursos naturais e econômicos existentes.

Desde a colonização, as primeiras cidades sofreram a influência do comércio internacional voltado às exportações e, por isso, foram instaladas majoritariamente no litoral. Conforme Scarlato, «nossas primeiras grandes cidades estiveram intrinsecamente ligadas à função de porto comercial e à função militar. (...) Contrariamente às cidades fundadas pelos espanhóis, que aconselhavam evitar fundações de cidades no litoral, os portugueses proibiam que se fundassem cidades no interior. » (2001:413-417) Assim, o «interior» brasileiro começou a ser povoado tardiamente, entre os séculos XVII e XVIII, época em que foram fundadas várias cidades que

⁵ A este respeito ver DIAS, V.L. N e MITCHELL, A.S. (2006).

também seguiram a lógica econômica de exportação das cidades do litoral. Tanto o surgimento como a importância dessas cidades variava em função da atividade econômica desenvolvida. Foi assim com o cultivo da cana no Nordeste brasileiro, depois com a mineração em Minas Gerais e com o café no Sudeste.

Entretanto, como estavam ligadas às atividades econômicas, essas cidades também sofreram com o seu esgotamento e, quando isso aconteceu, entraram em declínio, deixando para trás uma população “desocupada”, que acabou desenvolvendo uma economia de subsistência baseada no cultivo de hortifrutigranjeiros e/ou na criação de animais de fundo de quintal. Essas práticas em muito se assemelham às rurais, dificultando a delimitação precisa entre a vida no campo e nestas pequenas cidades, ambas consideradas como práticas «interioranas» ou do «interior» do país.

Ainda a título de exemplo, pode-se resumir a atual estrutura urbana brasileira como sendo formada por quatro grandes grupos de cidades: as grandes metrópoles (cuja população é formada por milhares de habitantes), as cidades médias (entre 100.001 e 500.000 habitantes), as cidades “médio-pequenas” ou “intermediárias” (entre 20.001 e 100.000 habitantes) e as cidades pequenas (até 5.000 e 20.000 habitantes).

Existem atualmente no Brasil 5.560 municípios. Destes, a grande maioria (72,54%) abriga até 5.000 e 20.000 habitantes, sendo consideradas «cidades pequenas». Observe a tabela abaixo:

Unidades da Federação e classes de tamanho da população dos municípios (habitantes)	Municípios do Brasil	Municípios em percentagem%	População Residente	População Residente (em %)
Tem até 5000 hab.	1.382	24,85%	4.617.749	2,72%
De 5001 a 10.000 hab.	1.308	23,52%	9 346 280	5,50%
De 10.000 a 20.000 hab.	1.344	24,17%	19 654 828	11,57%
De 20.001 a 50.000 hab.	963	17,32%	28 831 791	16,97%
De 50 001 a 100.000 hab.	299	5,37%	20.786.695	12,24%
De 100.001 a 500.000 hab.	194	3,48%	39.754.874	23,41%
Acima de 500.000 hab.	31	0,55%	46.806.953	27,56%
	TOTAL 5560	100%	169 799 170	100%

Fonte: Censo IBGE 2000.

Como se pode observar, esta maioria engloba apenas cerca de 20% da população. Se acrescentarmos os municípios considerados “intermediários” a quantidade de municípios nesta situação sobe para 95% e os residentes envolvidos chegam a metade da população (49%) brasileira, revelando uma estrutura urbana bastante peculiar.

Entre os geógrafos, as pequenas cidades ou “cidades locais” como denomina Santos (1979) não possuem consenso quanto ao número de habitantes vivendo na aglomeração, e se definem basicamente por possuírem funções urbanas articuladas que se opõem às funções do campo.

Santos (1979:70) se apóia em M. Sorre para quem uma cidade só existe quando “há coalescência de funções de uma aglomeração. Esta expressão significa que as funções chegam a depender umas das outras, tornando-se assim independentes da atividade primária que deu origem à aglomeração.” Para Santos a “cidade local” é, então, “a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, como verdadeira “especialização do espaço””. (Santos, 1979:71) Segundo o autor, a dissociação geográfica da produção (primária), motivada por causas diversas acarreta a superação de certos limites: densidade populacional, nível de renda e nível de consumo. Assim, a “cidade local seria a aglomeração urbana mínima capaz de responder a essas mudanças quantitativas e qualitativas” (...) abaixo destas necessidades não se trataria mais de cidade, pois a

simples necessidade de troca não dá lugar a uma cidade. Para que se possa falar na existência de cidades, deve haver “necessidades que exijam ser satisfeitas regularmente – necessidades quase sempre impostas de fora da comunidade” – que exijam atividades regulares para supri-las.

Ao apresentar a hierarquia urbana e as funções centrais das cidades, Corrêa (1989b) toma por base os estudos de Christaller que acredita haverem princípios gerais para regularem o número, o tamanho e a distribuição de núcleos de povoamento que podem ser divididos em grandes, médias e pequenas cidades, e ainda minúsculos núcleos semi-rurais, todos considerados como localidades centrais. Esta classificação parte do princípio que todas as cidades são:

“dotadas de funções centrais, isto é, atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa, residente na região complementar (hinterlândia, área de mercado, região de influência), em relação à qual a localidade central tem uma posição central. A centralidade de um núcleo (...), refere-se ao seu grau de importância a partir de suas funções centrais: maior número delas, maior a sua região de influência, maior a população externa atendida pela localidade central, e maior a sua centralidade. Christaller define ainda dois outros conceitos, o de alcance espacial máximo e o alcance espacial mínimo (...) sendo o máximo a área determinada por um raio a partir da localidade central: dentro desta área os consumidores efetivamente deslocam-se para a localidade central visando a obtenção de bens e serviços. A área em questão constituía região complementar. Para além dela os consumidores deslocam-se para outros centros que lhe são mais próximos (...). O alcance espacial mínimo (...) compreende a área em torno de uma localidade central que engloba um número mínimo de consumidores que são suficientes para uma atividade comercial ou de serviços, uma função central, possa economicamente se instalar.”
Corrêa (1989b:21)

Assim, Christaller define por “centros locais” as cidades que oferecem em caráter freqüente poucos bens e serviços e, por isso mesmo, possuem menor alcance espacial. Estas pequenas aglomerações estariam na base de uma pirâmide urbana cujo ápice seria ocupado pelas metrópoles regionais, conhecidas por oferecerem um conjunto completo de bens e serviços que só elas estão aptas a oferecerem dadas suas quantidades e especializações que proporcionam enormes alcances espaciais máximos.

A definição do urbano e do rural, em cujas margens se situariam as pequenas cidades, encontra em Bernardelli (2006) outros critérios que vão além do tamanho e densidade. Trata-se dos aspectos morfológicos (fazendo referência às edificações, arruamento, espaços públicos, privados, etc.), das atividades econômicas a que estão ligados seus moradores (setor primário, secundário, terciários), do modo de vida dos moradores (retomando a idéia de Louis Wirth de cultura urbana), das inter-relações (dada pelos avanços tecnológicos, em especial as telecomunicações e os transportes) e da geração de inovações e seu caráter difusor que estaria ligado ao caráter essencialmente urbano (aspectos que são controversos e que não nos ocuparemos neste artigo).

Este estudo quer, então, de modo menos ambicioso e tendo em vista os resultados da pesquisa de campo, contribuir com as reflexões sobre as pequenas cidades e sobre a habitação das pessoas de baixa renda.

3. Lebon Régis e o Bairro Núcleo do Rio Doce

O município de Lebon Régis está localizado no meio-oeste catarinense. Possui uma população estimada em 11.694 habitantes, dos quais 6.980 ocupam a área urbana e 4.714 a área rural. O

município está distante das regiões metropolitanas, sendo que as cidades maiores mais próximas⁶ são todas de porte intermediário, ou seja, entre 20 a 100mil habitantes.

A história de criação de Lebon Régis é recente⁷, data dos anos 1950, mas o lugar onde se localiza o município se associa aos eventos da Guerra do Contestado no início do século XX, época em que a economia da região esteve ligada à criação de gado, à produção de erva mate e aproveitamento de madeiras.

Se tomarmos como referência as obras dos geógrafos citados na parte 2 deste artigo, veremos que o município se encaixa na classificação de “centros locais” ou de “pequenas cidades” tanto no quesito população, como nas atividades que desenvolve, pois sua economia está assentada nas atividades agropecuárias e na apicultura, e sua influência regional é pequena.

Estas características “rurais” estimulam o debate acerca das definições entre o rural e o urbano e desafiam estes limites, sobretudo se se consideram as idéias de ABRAMOVAY (2003:37) para quem “o *continuum* rural-urbano significa que não existem diferenças fundamentais nos modos de vida, na organização social e na cultura, determinadas por sua vinculação espacial”.

A origem do bairro Núcleo do Rio Doce remonta aos anos de 1991-92 quando o então prefeito – Raolino – criou as primeiras casas. A intenção ao criar o bairro Núcleo do Rio Doce era remover a favela Santa Terezinha localizada em terrenos públicos na entrada da cidade. Este fato não se concretizou, pois as moradias precárias lá existentes foram reocupadas e permanecem até hoje em menor número.

O isolamento dos moradores do bairro Núcleo do Rio Doce (que se distancia 5 km do centro da cidade) e o fato de suas atividades profissionais estarem ligadas à colheita da maçã, do tomate e a outras atividades agrícolas sazonais fazem com que nos aproximemos do ritmo de vida rural. Essa percepção é reforçada pela análise dos terrenos do bairro, onde é comum encontrarmos hortas e criação de animais que complementam a alimentação cotidiana.

Em entrevista realizada com a Secretária Municipal do Bem Estar Social, Anice Veiga da Silveira, obtivemos a informação que a maioria dos moradores do Núcleo do Rio Doce tem como ocupação profissional as colheitas do tomate, da maçã, do alho e da cebola – o que caracteriza a sazonalidade das opções de trabalho.

Para Anice Veiga da Silveira a maioria dos moradores do Núcleo é formada por paulistas e paranaenses (60%), fato que os distinguiria dos habitantes da favela Santa Terezinha que seriam

⁶ Distância de Lebon Régis a cidades intermediárias: Caçador – 38 km, Videira – 61 km, Porto União – 104 km, Canoinhas – 107 km, Rio do Sul – 131 km e Concórdia – 164 km. A distância de Lebon Régis à Florianópolis/capital é de 439 km.

⁷ Segundo Marcos Francisco da Silva, “a história do município de Lebon Régis está ligada às primeiras fazendas localizadas na Serra da Esperança, introduzidas pelos desbravadores paulistas, após a conquista dos campos de Curitibaanos, do Corisco e de São João. Já no século passado (XX), as sesmarias possibilitaram de alguns núcleos que por causa do isolamento da região, foram pouco desenvolvidos. Em 1903, na parte norte foi criado o distrito de São Sebastião da Boa Vista. Em 1938, o distrito foi elevado à vila com o nome de Caraguatá e em 1950, passou a ser chamado de São Sebastião do Sul. Ao mesmo tempo, na parte sul, na região conhecida pelos antigos como Trombudo, formou-se outro núcleo que levou os nomes de Salto do Rio dos Patos, Fazenda do Salto e depois como Santo Antônio do Trombudo. Foi um núcleo mais fácil de progredir, pois era um local de passagem de tropeiros que faziam os caminhos Curitibaanos - Caçador. O arraial de Santo Antônio do Trombudo tornou-se distrito em 1934. Em julho do mesmo ano passou-se a chamar de Lebon Régis. Em 1938, o distrito de Lebon Régis passou a categoria de vila. Esta vila foi desenvolvendo-se e a população aumentou, chamando a atenção do governo, que em 19 de dezembro de 1958 juntou os distritos de São Sebastião do Sul e Lebon Régis, criando o município de Lebon Régis. Em janeiro de 1959, o então governador Irineu Bornhausen instala o município de Lebon Régis. O nome foi uma homenagem ao ilustre catarinense general Gustavo Lebon Régis, que por ocasião da Campanha do Contestado, entre 1912 e 1916, era Secretário Geral do Estado de Santa Catarina e traçou o primeiro ataque a Taquaruçu, um dos maiores redutos dos jagunços. O território que hoje forma o município foi cenário de lutas e combates sangrentos conflitos entre os caboclos e as forças militares.” (SILVA, 2005, Paper: Assentamento Rio dos Patos: da luta pela terra à luta como pequeno produtor rural)

originários de Lebon Régis e regiões circunvizinhas. A origem – de fora – seria responsável pela alta mobilidade dos moradores expressa através do comércio das casas, situação que corroboraria para a grande quantidade de problemas de vizinhança.

Estes dados, entretanto, não foram confirmados pela pesquisa, que identificou a origem dos moradores como sendo majoritariamente catarinense. 84,0% dos entrevistados declararam serem naturais de Santa Catarina, outros 12,0% do Paraná, 2,0% de São Paulo e 2,0% do Rio Grande do Sul. O mesmo padrão se repetiu na situação dos cônjuges: 66,0% de Santa Catarina, 9,0% do Paraná e 2,0% de São Paulo.

Anice estima ainda, que cerca de 5000 pessoas residem no Núcleo, estimativa que se mostrou exagerada frente ao levantamento feito em junho de 2005 por alunos do curso de Geografia da UDESC. Neste levantamento, encontrou-se 404 moradias precárias, tendo uma média de 5,2 pessoas por moradia o que resultaria num total de 2.101 pessoas.

Apesar do aspecto “rural” da paisagem, os problemas urbanos deste bairro se assemelham aos encontrados nas grandes cidades. Em relação à violência na cidade e no bairro, Anice Silveira informa que ocorreram oito homicídios em Lebon Régis no ano de 2005 (entre janeiro e junho), sendo que cinco destes foram no Núcleo Rio Doce, caracterizando alto índice de criminalidade violenta. Outros problemas identificados pela secretária do Bem Estar Social relacionam-se ao alcoolismo e consumo de drogas, ao desemprego e à “falta de vontade de trabalhar” o que colocaria os moradores na difícil situação de “depender do poder público”. Estas imagens junto à sociedade de Lebon Régis corroboram para fomentar os altos índices de desemprego no bairro, pois seus moradores são, frequentemente, considerados como marginais e perigosos. Por causa disso, opções de trabalho doméstico ou em pequenos serviços são rejeitadas para aqueles que identificam seus lugares de moradia como sendo o bairro Núcleo do Rio Doce.

Ao que tudo indica a rotina dos moradores alterna momentos de tensão e violência com uma calma decorrente da falta de opções de comércio e lazer que, aliado a paisagem de poucas ruas pavimentadas, sem calçadas e arborização, conferem ao lugar um cenário de desleixo e pobreza muito semelhante, nestas características, aos bairros residenciais de baixa renda dos centros urbanos. A diferença fica por conta da localização – no limite urbano e do tamanho dos terrenos, que no Núcleo do Rio Doce são significativamente maiores do que nos grandes centros urbanos e abrigam hortas e animais domésticos conferindo uma paisagem “rural-urbana”.

Um levantamento preliminar realizado em junho de 2005 identificou a presença de alguns equipamentos públicos, ainda que oferecidos em quantidade insuficiente frente à demanda dos moradores. Existem nas cercanias do bairro: 1) A Secretaria de Bem Estar Social do município, onde funciona o Programa PET para 78 crianças; 2) Posto de Saúde (um médico, um dentista, uma enfermeira e uma técnica); 3) Escola Municipal Núcleo do Rio Doce - de Ensino Fundamental (Pré-escola até a 8ª série – 530 alunos) durante o dia e Supletivo durante o período noturno (1 classe de ensino fundamental, 1 classe de alfabetização e uma classe de ensino médio); 4) Creche Municipal Primeiros Passos - para 80 crianças; 5) Telefones públicos; 6) Luz elétrica e água encanada (que não atendem à todas as moradias); 7) Saneamento básico em uma pequena parte do bairro e; 8) Coleta do lixo é feita 3 vezes por semana e não é seletiva. Além destes equipamentos o bairro conta com: dois “mercadinhos”; quatro bares; uma loja tipo “1,99” e; duas lojas de roupas. Existem, ainda, doze salas de cultos religiosos: Igreja Católica, Igreja Evangélica Casa da Bênção, Assembléia de Deus, Igreja Só O Senhor é Deus, Igreja Pentecostal Deus é Amor, Congregação do Evangelho Quadrangular, Igreja Pentecostal Missionária Caminho da Verdade, Igreja Pentecostal Missionária a Verdade que Liberta, Igreja Evangélica Pentecostal o Brasil para Cristo, Igreja Evangélica Caminho da Paz e, Igreja Evangélica Casa da Bênção (ITEJ) e Igreja Evangélica Casa da Bênção de Deus.

Entre as dificuldades encontradas pela localização do bairro, pode-se apontar a falta de farmácia, o que obriga os moradores a se deslocarem “à cidade” para compra de medicamentos, pois o Posto de Saúde distribui somente remédios para dor, verminose e anticoncepcionais, além de distribuir preservativos. Exames médicos também solicitam o deslocamento, pois só podem ser realizados no hospital que funciona no centro da cidade.

Uma agente de saúde da prefeitura municipal informou que os maiores problemas relacionados à saúde dos moradores é a hipertensão. Nas crianças as doenças mais frequentes são verminoses e má alimentação. No total existem cinco agentes de saúde que trabalham no Núcleo do Rio Doce e cada um acompanha cerca de 80 famílias. Além dos problemas de saúde, esta informante considera que os problemas das famílias relacionam-se, ainda, à falta de emprego fixo e de uma renda familiar estável.

Distante e sem muitas opções de comércio, o bairro também não oferece opções de lazer aos seus moradores. O lazer masculino se resume ao futebol e o feminino concentra-se nas atividades do Clube de Mães que promovem cursos de artesanato (biscuit). As crianças não têm nenhuma área de lazer. A danceteria foi apontada como lugar de lazer fora do bairro. O entendimento do que seja “lazer” também é particular: 16% associam lazer a atividade de assistir televisão, 12% a passear pelo bairro, 11% freqüentar algum culto religioso, apenas 8% praticam esportes como alternativa de lazer – muitos destes utilizando a quadra de esportes da escola, 6% visitam parentes, 4% apenas ficam em casa, 3% reúnem a família, 3% freqüentam festas, 3% ouvem músicas, outros 11% marcaram “opções de lazer não especificadas”. Um número expressivo de moradores (23%) afirma não ter atividades de lazer.

Sobre a assiduidade com que desfrutam de atividades de lazer, 23% “nunca praticam”, 22% praticam todos os dias, 14% algumas vezes durante a semana, 13% todo final de semana, 10% algumas vezes por mês e 5% apenas algumas vezes ao ano.

Por conta da falta de opções de comércio, serviços e lazer a saída do bairro ao centro da cidade é feita com freqüência e a pé. A “cidade” é motivo de visita para compras (supermercados são considerados mais baratos do que os mercadinhos existentes no bairro, farmácias, etc.) e pagamentos de contas, sobretudo nos sábados onde realizam o pagamento de contas em lojas lotéricas que estão abertas no turno matutino.

Em relação à posição do município na rede urbana, os informantes dizem ser Caçador (67 mil hab.) e Friburgo (36 mil hab.)⁸ as cidades que mais atraem moradores de Lebon Régis para serviços e comércio que não se encontram no local. A maioria dos entrevistados (56%) costuma ir às cidades próximas e outros 44% responderam que não freqüentam as cidades próximas. Os motivos para procurarem as outras cidades são: (63,6%) para utilizar os serviços que nelas estão disponíveis como oportunidades de emprego, lazer, compras, negócios, médicos e, para visitar parentes (36,4%).

Isso reforça a posição, sobretudo de Caçador, como centro regional. O município se destaca na produção agroindustrial de tomate, e na industrialização da madeira e é o mais populoso da microrregião de Joaçaba.

4. O bairro Núcleo do Rio Doce visto pelos moradores

Como parte da metodologia utilizada nesta pesquisa, foram aplicados questionários de cunho sócio-econômico, envolvendo um total de 100 famílias, abrangendo cerca de 25,0% da população

⁸ As mais freqüentadas são: Caçador (22,8%), Fraiburgo (25,0%), Santa Cecília (5,7%), Videira (3,3%), Curitiba e Rio do Sul (2,4% cada), Florianópolis, Itajaí, Monte Castelo, Campos Novos, Penha, Pouso Redondo, Curitibaanos, Correa Pinto e São Bento do Sul (0,8% cada).

residente no bairro Núcleo do Rio Doce. Através destes questionários e de sua posterior tabulação pretendeu-se diagnosticar problemas existentes na área de estudos, bem como um perfil dos moradores e da sua circulação pelo município e regiões adjacentes.

As enquetes tinham 116 questões, sendo as primeiras referentes ao perfil do entrevistado como do cônjuge, investigando sobre sua situação profissional, formação escolar, idade, sexo, estado civil, etc. As questões seguintes tratavam da renda familiar, das condições de moradia, abarcando a situação do imóvel, os serviços disponibilizados pelo município e pelo estado e as opiniões dos moradores sobre o seu imóvel. Por fim, a população foi questionada sobre a situação do bairro, através de vários parâmetros, como serviços básicos, lazer, religião, segurança e, ainda, sobre os problemas ambientais decorrentes da plantação de espécies exóticas como o *pinus*.

4.1. Perfil dos Entrevistados

Sobre o perfil da população entrevistada, pode-se dizer que é majoritariamente jovem-adulta (entre 20 e 40 anos) e feminina (64,0%). Estes dados comparados às respostas sobre a profissão, onde 36,9% declararam serem “donas de casa”, esclarece sobre a predisposição de termos encontrado mulheres nas residências atingidas pela pesquisa. A maioria (75,0%) vive em situação conjugal, sendo que, destes, 48,0% são casados e 27,0% vivem em concubinato, conformando um quadro familiar de viés tradicional. A quantidade de filhos também evidencia essa configuração, pois 30,0% da população entrevistada possui entre 1 e 2 filhos, 47,0% possui de 3 a 6, 9,0% de 7 a 10 e 4,0% de 11 a 13 filhos. Estes dados reforçam o imaginário das famílias numerosas do interior do estado cujos casais possuíam muitos filhos, indo na contramão da tendência atual de decréscimo do número de filhos por família.

Quando questionados sobre o grau de escolaridade, somente 12,0% dos entrevistados concluíram o ensino fundamental, outros 54,0% declararam não ter concluído o mesmo. Menor ainda é a porcentagem de entrevistados que freqüentaram o ensino médio (7,0%), tendo completado-o ou não. Ainda sim, o fato mais marcante sobre o grau de escolaridade da população entrevistada tem relação com o analfabetismo, que atinge a cifra de 20,0% da população.

Se compararmos os dados da nossa pesquisa em 2006, com os dados divulgados no relatório elaborado pelo SEBRAE, juntamente com outros órgãos governamentais, sobre o município de Lebon Régis, a taxa de analfabetismo da população adulta diminuiu de 28,7%, em 1991, para 17,2%, em 2000. Mesmo assim, registra-se um índice alto de analfabetismo para o bairro Núcleo do Rio Doce, um dos mais pobres do município.

Deve-se levar em consideração, que a quantidade de pessoas entrevistadas em um único bairro não traduz a realidade da educação em todo o município, mas gostaríamos de destacar o resultado da pesquisa, sobretudo se comparada aos dados do SEBRAE, para quem 95,6% dos estudantes matriculados no município freqüentam escolas públicas (SEBRAE, 2005, p.33).

Além da baixa escolaridade, a profissão dos moradores também é um indicador da fragilidade sócio-econômica desta população. Cerca de 40,0% dos entrevistados (em sua maioria mulheres) declarou ser “dona de casa”, 28,0% agricultores, 7,0% comerciantes, 4,0% aposentados, 4,0% tratoristas, 3,0% domésticas e 3,0% serventes. Estas profissões demonstram a baixa qualificação e remuneração destes trabalhadores, fato que se repete quando perguntados sobre a profissão dos cônjuges: agricultores (18,0%), dona-de-casa (14,0%), aposentado (4,0%), madeireiro (4,0%), operário (3,0%), doméstica (2,0%) e comerciante (2,0%).

Corroborando com a pouca qualificação profissional, encontra-se, ainda, um número elevado de desempregados (40% dos entrevistados e 24% dos cônjuges) que contribuem para a estigmatização destas populações, consideradas como “marginais”, “perigosas” e “preguiçosas”. Os dados revelam que o desemprego é estrutural, pois 23% estão entre cinco ou mais anos nesta

condição, 5% estão de três a quatro anos desempregados e 13% de um a dois anos sem trabalho. A mesma informação se repete na situação do cônjuge.

A fragilidade nas condições de trabalho também aparece na formalização do emprego: a maioria (52%) trabalha sem carteira assinada, situação que se repete com menor intensidade nos cônjuges, que têm 32% nesta categoria. Esta situação é reforçada com as respostas sobre renda familiar: a maioria (72%) ganha entre um e três salários mínimos, 21% recebe menos de um salário mínimo e a maioria não consegue nem manter uma conta num banco. Essa remuneração é considerada insuficiente, pois argumentam que “falta dinheiro”, “os preços são altos”, possuem “dívidas”, consomem “pouca comida” e não conseguem custear despesas de “saúde”.

Se levarmos em consideração, ainda em relação à renda, o exercício de programas assistenciais promovidos pelo Estado e acessibilidade da população do bairro a esta prática, somente 33% dos entrevistados complementa sua renda com algum programa assistencial, outros 65% não recebem nenhuma ajuda institucional.

4.2. A Moradia

Apesar da precariedade das moradias do bairro, ela é própria (88%) assim como o terreno em que as mesmas se encontram (77%). Os terrenos não próprios chegam a 23% e, somente 5% dos imóveis são alugados e outros 7% têm seus ocupantes morando de favor. A situação de propriedade não implica em legalidade, pois apenas 20% possuem escritura pública do terreno e a grande maioria (68%) não possui documentação a respeito.

De todos os entrevistados, 32% deles têm entre duas e quatro pessoas residindo no imóvel, 39% têm entre quatro e seis, 17% entre seis e oito, 4% de oito a dez e outros 4% de dez a doze pessoas, sendo que 26% das residências têm quatro cômodos ou peças, 18% têm duas, 17% três, 17% cinco e 22% entre seis e oito cômodos. Estes dados mostram que boa parte da população vive teoricamente em condições adequadas, se levarmos em consideração a quantidade de cômodos e a quantidade de pessoas residindo em um mesmo imóvel, entretanto 65% deles são de madeira, 18% são mistos (madeira e alvenaria) e outros 17% de alvenaria, evidenciando a falta de recursos financeiros para que os moradores possam melhorar a estrutura de seus imóveis. Mesmo assim, cerca de metade (51%) dos entrevistados acham sua moradia confortável, e a outra metade considera algum desconforto: 32% responderam “mais ou menos”, expressão que demonstra certa contrariedade e, 17% avaliam sua moradia “não-confortável”.

Estes dados foram cruzados com outros sobre a impressão acerca das moradias e temos uma avaliação nitidamente negativa. Ao explicarem porque a moradia é confortável ou não, a quantidade de depoimentos com teor negativo é maior (46%) do que as respostas com teor positivo (38%). Vejamos os negativos primeiro: (20%) porque “é pequena”, (19%) “falta alguma coisa” e, (7%) “oferece riscos”. Dentre os atributos positivos encontramos: (15%) dizem que a moradia “tem o que precisa”, (10%) “gosta de morar”, (7%) “porque é própria” e 6% “porque tem espaço” (provavelmente se referindo ao terreno que, se comparado as moradias populares das grandes cidades, tem terreno muito maior).

A maioria dos entrevistados (67%) nunca realizou qualquer reforma em sua moradia, 21,0% reformou-a uma vez e 8% mais de uma vez. Quando questionadas sobre os problemas presentes em suas residências cerca de 20% dizem não identificar nenhum problema, entretanto 63,9% dos entrevistados relacionam problemas: 12,6% consideram sua moradia precária, 10,8% acham que precisam reformá-la, 9% vêem a falta de luz como o principal problema, 8,1% consideram a falta de espaço, 6,3% lembram de problemas nos banheiros, 6,3% reclamam da falta de segurança, 5,4% do esgoto, 2,7% relacionam doenças e, 2,7% a falta de pavimentação das ruas.

Ao questionar sobre o que melhorariam em seus imóveis 29% aumentariam, 10,5% construiriam um banheiro dentro de casa, 9,6% colocaria forro ou reformaria o telhado, 6,1% mudaria tudo na residência e outros 5,3% fariam uma casa nova. Estas informações confirmam o baixo poder aquisitivo da população deste bairro e a impossibilidade por parte de muitas destas pessoas de realizarem alguma melhoria ou mesmo manter de maneira adequada seu imóvel.

Tomando por base a região do planalto catarinense, onde se encontra o município de Lebon Régis e o próprio bairro Núcleo do Rio Doce, entende-se que o clima local caracteriza-se como temperado úmido, com verão ameno, invernos frios e temperaturas médias em torno de 15,8°C. Esta conjuntura climática se faz presente quando os entrevistados são questionados sobre o local que mais gostam em sua moradia e o motivo desta escolha, já que 49% deles gostam mais da cozinha, 15% gostam de toda a casa, 12% gostam mais da sala, 11% preferem o quarto e outros 5% preferem a área externa. A justificativa para a escolha destes locais exemplifica bem as características do clima da região e, ainda, a predisposição de se encontrar mais mulheres nas residências entrevistadas (como foi citado no início da análise das entrevistas), pois 15,9% escolheram um dos locais da casa anteriormente citados pelo fato dele ser “quentinho”, outros 15,9% o escolheram, pois é onde permanecem a maior parte do dia, 7,5% por causa do televisor, outros 7,5% por considerar o local aconchegante, 6,5% por ser o seu local de descanso, 4,7% por ser o local de reunião da família, outros 4,7% por cozinhar naquele lugar, 2,8% pela comida, 2,8% simplesmente por gostar do local, outros 2,8% para “olhar o movimento” e, por fim, mais 2,8% por considerar o local a maior peça da casa.

4.3. O Bairro

Em relação aos serviços públicos fornecidos pela prefeitura ou pelo estado, grande parcela dos entrevistados (89%) declarou receber energia elétrica (somente 11% não) e (96%) água encanada (somente 4% não). Entretanto, somente 31% dos entrevistados conta com rede coletora de esgoto, 46% declararam que o esgoto “corre a céu aberto” e outros 19% utilizam fossa séptica. Além disto, a maioria (51%) respondeu que o banheiro fica fora da casa. Acerca destes dados, é equivocado pensar que o poder público proporciona estrutura sanitária a toda à população, já que é comum em zonas tradicionalmente rurais, que parcela considerável da mesma se utilize da água e destine seus rejeitos domésticos artesanalmente, encanando água de rios próximos e utilizando fossas sépticas improvisadas, medidas que se comparadas com as respostas obtidas tornam-se comuns. Práticas como estas, aliadas ao crescimento da população no bairro pesquisado podem vir a interferir significativamente no meio em que vivem permitindo que o esgoto se infiltre no lençol freático e contamine a água destinada ao consumo humano, ocasionando doenças.

Em 76% das residências entrevistadas nunca se registrou algum caso de roubo, outros 12% foram assaltados uma vez e 11% mais de uma vez. Analisando esses dados nota-se que das 100 moradias atingidas pela pesquisa 23 delas foram assaltadas pelo menos uma vez, destacando uma considerável incidência da criminalidade no bairro e, também, a falta de oportunidades para a obtenção de um emprego, que colabora para o aumento da criminalidade estando a mesma, em muitos casos, ligada ao baixo poder aquisitivo e à falta de perspectivas de boa parte da população. Esta análise torna-se mais pertinente ao se levar em conta outros questionamentos feitos à população:

- 1) O entrevistado considera seu bairro violento: 49% responderam que sim, consideram o seu bairro violento, 34% acham um pouco violento e somente 17% não consideram que o bairro seja violento;
- 2) Existem sinais de violência próximos à residência do entrevistado? a maioria (57%) respondeu não notar sinais de violência. Entretanto dos 43% que afirmaram existir sinais de violência

próximos a sua moradia, 16% deles vêem a ocorrência de brigas como um sinal, 7% consideram crimes um sinal, 6% brigas ligadas a armas, 4% assimilam a presença de armas como um sinal, outros 4% à existência de bares próximos, 3% acreditam que bebidas e drogas são um indício de violência e, por fim, outros 3% consideram indícios não especificados;

Observando as respostas, percebe-se que a violência está associada a roubos e furtos e, também, a brigas, crimes, consumo de bebidas e drogas e falta de policiamento. Ela é, também, o maior problema identificado no bairro (52% apontaram a violência o maior problema presente no bairro), seguida do desemprego (7,8%), da falta de tratamento de esgoto (7,8%), da falta de calçamento e iluminação (7%), “pessoas inadequadas” (5,4%), Somente 4,7% não apontaram nenhum problema no bairro.

Estas considerações foram reforçadas quando perguntamos “1) Quais serviços o entrevistado gostaria que houvesse em seu bairro? e 2) O que você mudaria no seu bairro?” Em relação a primeira questão 26,9% responderam que gostariam de um posto policial, 16,8% gostariam de uma indústria no bairro, 8,4% empregos acessíveis, 8,4% outros serviços não especificados na resposta, 7,6% farmácias próximas, 5,9% um hospital, 3,4% mais estabelecimentos comerciais na região, 2,5% áreas de lazer, outros 2,5% um Banco. Em relação à segunda questão 32,7% responderam que gostariam de melhorias na segurança, 15% mudariam o calçamento das ruas, 9,3% melhorariam a rede de esgoto do bairro, 7,5% outras alterações não discriminadas na resposta, 6,5% gostariam de mais empregos e serviços, 5,6% o qualidade da iluminação pública, outros 5,6% mudariam tudo, 3,7% não mudariam nada e, por fim, 2,8% buscariam melhores condições de saúde.

Os dados fornecidos pelas questões acima evidenciam ainda a ausência do poder público no bairro, negligenciando muitas de suas funções para com a população, como a segurança, o saneamento básico, o lazer, dentre muitos outros serviços que devem ser proporcionados pelo Estado e é, corretamente, reclamado pela população. Entretanto, apesar disso, percebe-se certo conformismo em relação a estes aspectos, pois a maioria não reconhece problemas “ambientais” relacionados ao saneamento básico, ao lixo e às queimadas. Nem, tampouco, consideram estas críticas suficientes para consolidar uma opinião geral negativa do bairro. Em relação a aspectos positivos e negativos do bairro, podemos resumir as opiniões segundo a tabela a seguir:

Aspectos positivos do Bairro	Aspectos negativos do Bairro
Consideram bom – 38,6%	Acham inseguro – 15%
Gostam do bairro- 11%	Acham precário – 13,4%
Acham o bairro tranqüilo – 2,4%	Não gostam do bairro – 5,5%
Acha razoável – 9,4%	Acham o bairro péssimo – 2,4%
Total das citações – 61,4%	Total das citações – 36,3%

Esta opinião “controversa” é confirmada quando questionados sobre a possibilidade de se mudarem para outro bairro. A maioria (55%) respondeu que não pretende mudar de bairro, pois (18% destes) gostam do lugar onde estão; outros (8%) dizem que já estão “acostumados”. Existe, no entanto um número expressivo (43%) de moradores querendo mudar. Os motivos da mudança seriam: 12% querem um lugar mais sossegado, 9% reclamam da falta de estrutura do bairro, 5% morariam mais perto de parentes, 5% querem um bairro menos violento e 4% são “indiferentes”.

Em relação à mudança de cidade, também se repete o mesmo paradoxo: **predominam os que não têm intenção em mudar** (53%), mas, existe **um número expressivo de moradores (45%) que expressaram a vontade de mudar de cidade** se tivessem uma oportunidade. Entre os que manifestaram **vontade de mudar as razões seriam**: 19% declararam que a falta de estrutura do

bairro é o principal motivo da mudança, 10% iriam morar mais perto dos parentes, 9% se mudariam para um município próximo, 5% se mudariam para conhecer outros lugares e, 4% por não gostarem de onde estão. Dentre os que **não gostariam de mudar** 17% responderam que gostam de onde estão; 4% não se mudariam, já que nasceram em Lebon Régis, fazendo referência clara “às raízes” no local.

4.4. Serviços Públicos

Alguns dos serviços que atingem grande parcela da população entrevistada são a água e a coleta de lixo: 95% das moradias recebem água encanada da CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento), apenas 2% retiram sua água de poços artesianos e outros 3% a obtêm de maneiras não especificadas. Sobre a coleta de lixo, 97% das residências são atingidas pelo serviço, somente 3% não o são. Além de haver coleta de lixo, para metade dos entrevistados (50%) esta coleta ocorre em média três vezes por semana, para outros 32% a mesma ocorre duas vezes na semana, 11% têm seu lixo coletado uma vez por semana, 1% quatro vezes e outro 1% somente uma vez por mês. Entretanto, por mais que haja coleta de lixo, praticamente inexistente a seletividade e posterior reciclagem do mesmo, pois somente 7% dos entrevistados têm seu lixo coletado e destinado à reciclagem, outros 93% não.

Mesmo com a maioria absoluta dos entrevistados recebendo água encanada da CASAN em sua residência, existe a necessidade de um contraponto, onde a água utilizada e rejeitada por esta população seja remanejada de maneira sadia através de uma rede de esgoto abrangente. No bairro, somente 19% das residências estão conectadas a uma rede de esgoto, 49% do esgoto originário das residências “corre a céu aberto”, outros 17% são direcionados a fossas sépticas improvisadas e 3% para um açude adjacente à comunidade. Ratificando a ausência do Estado, a qualidade sanitária à que a população do bairro está sujeita é bastante baixa, podendo em médio prazo piorar a qualidade de vida dos habitantes.

Quando perguntados sobre os melhores serviços públicos no bairro as respostas se dividiram em: 31,1% elegeram o Posto de Saúde do bairro, 25,2% a Escola e a Creche, 5% as mercearias, 5% não vêem nenhum serviço o melhor, outros 5% consideram todos os serviços bons, 3,4% acham as Igrejas os melhores serviços, 2,5% as plantações, 1,7% a quadra de esportes da Escola, 8,5% outros serviços variados e 12,6% não responderam.

Sobre os piores serviços: 18,7% não vêem nenhum serviço ruim, 17,8% consideram os bares como um dos piores serviços, 9,3% a Posto de saúde do bairro, 4,7% a falta de empregos, 3,7% a Escola e a Creche, 3,7% acham que o Esgoto é um dos piores serviços, outros 3,7% vêem a polícia (ou a falta dela), 2,8% a coleta de lixo, 17,8% consideram outros serviços como os piores e 17,8% não responderam.

Sobre os programas assistenciais oferecidos pela prefeitura do município ou pelo Governo Estadual/Federal, 60% dos entrevistados afirmam conhecer os programas e 33% desconhecem. Dos programas sociais presentes no bairro os mais conhecidos pelos moradores são o Bolsa Família, o Bolsa Escola e o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Alguns moradores identificam como programas sociais o Posto de Saúde, o Vale-Gás, a escola e a creche, a associação de mães, o centro comunitário e o fato de ter, no bairro, a Secretaria de Bem Estar Social do município.

4.5. Igreja

A espiritualidade é um aspecto da vida muito presente no bairro, seja materialmente pela enorme quantidade de templos – doze -, seja pela constância com que os moradores freqüentam algum culto religioso – 84% dos moradores afirmaram freqüentar alguma igreja.

Sobre a assiduidade com que comparecem em cultos religiosos: 8% freqüentam todos os dias, 17% vão, no mínimo, três vezes por semana, 36% nos finais de semana, 23% não especificaram um dia, mas declaram ir “às vezes”, 5% “sempre que precisam” e, somente 3% nunca freqüentam.

Os motivos pelos quais freqüentam os cultos foram: 16% “para rezar”, 12% porque dizem “confiar em Deus”, 12% “por tradição”, 10% por “gostarem do culto”, 8% freqüentam com o objetivo de “pedir a benção de Deus”, 8% por se “sentirem bem indo ao culto”, 7% outros motivos não especificados, 4% freqüentam o culto buscando “melhorias de vida”, 3% porque acham “necessário possuir uma religião”, 2% para “agradecer a Deus”.

A religião é tida, por muitos, como uma alternativa de lazer e entretenimento, sendo os lugares de culto ponto de encontro entre amigos, vizinhos e familiares.

Sobre as diferentes religiões 54% consideram-se católicos, 25% evangélicos, 7% evangélicos quadrangulares, 3% “outros cultos não especificados” e 11% não responderam.

Apesar da maioria se dizer católica, a enorme presença de templos religiosos de igrejas evangélicas pentecostais (em número de 11) reafirmam o perfil encontrado no Atlas de Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil demonstrando que “o pentecostalismo se mostra particularmente bem implantado nas camadas mais populares que vivem nas cidades” (2003:40).

As igrejas evangélicas pentecostais têm crescido muito nos últimos anos, particularmente nas periferias das grandes cidades e nas frentes de expansão agrícola do país (regiões Norte e Centro-Oeste), onde a presença de serviços públicos é pequena e onde “o vácuo estatal é preenchido por grupos religiosos que rapidamente conseguem se instalar nesse ambiente”. No Atlas de Filiação Religiosa estes locais, com predominância de migrantes, seriam desprovidas de condições mínimas para uma vida digna, pela carência de moradia, emprego, saneamento básico, escolas, hospitais, segurança pública, etc. (2003:216)

Apesar de não serem migrantes, como foi dito acima, a condição de precariedade dos moradores do bairro do Núcleo do Rio Doce é a mesma encontrada nas periferias das grandes cidades, onde a ausência do Estado é “compensada” com conforto espiritual, expressa neste bairro pela presença marcante das igrejas evangélicas pentecostais.

5. Considerações Finais

“*Viva bem perto de tudo que você precisa*”⁹ é o slogan de um panfleto que anuncia imóveis residenciais para a classe média na capital catarinense. A partir desta frase e dos vários significados que o verbo “precisar” pode conter, queremos levantar algumas reflexões que esta pesquisa suscitou.

A ausência de equipamentos públicos (meios de consumo coletivos) e da presença do Estado como promotor de benfeitorias equipara os moradores das periferias das grandes cidades aos moradores da periferia das pequenas cidades. Este abandono é preenchido nas grandes cidades pelo poder do tráfico de drogas¹⁰, que atua junto a comunidade como provedor e, nas pequenas cidades, é preenchido pela presença massiva da Igreja. “*Viver longe de tudo que se precisa*” parece ser uma mazela reservada às camadas pobres, sejam elas urbanas ou rurais.

Bernardelli (2006) arrola algumas representações sobre a vida rural e urbana que ora se aplicam, ora se distanciam da história dos moradores do Núcleo do Rio Doce. Segundo a autora, a vida rural é normalmente associada à vida em família, à religiosidade, à “maior articulação do

⁹ Panfleto que anuncia o Residencial Porto do Itacorubi, produzido pela Imobiliária Dalton Andrade Imóveis em fevereiro de 2009.

¹⁰ Ver a este respeito SOUZA, Marcelo José Lopes de, (2000), *O Desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

espaço de trabalho com o espaço de vida” (que neste caso não se aplica ao Núcleo), ao uso do tempo, que teria maior relação com a natureza do que no urbano; enquanto que a vida urbana seria mais compartimentada em relação ao uso do tempo e do espaço de vida. Ela lembra, ainda, que a classe social tem enorme influência sobre o modo de vida na medida em que o acesso (ou não) a uma série de bens e tecnologia também constantemente transformados são incorporados ao “urbano”. (Bernardelli 2006:48) Estas representações carregam um peso que influencia na conformação de identidades locais.

Ainda em relação ao bairro, é preciso destacar a presença marcante das antenas parabólicas que têm veiculado novos valores e promovido transformações rápidas e intensas, ou como diz Endlich (2006:25) “os efeitos da mídia urbana atingiram em poucas décadas aqueles valores longamente estabelecidos nas comunidades rurais, substituídos por valores bastante diferentes”. Isso talvez explique a sensação de insegurança vivida pelos moradores do bairro, que os aproxima das periferias dos grandes centros urbanos.

Exemplos desta influência da mídia nas populações de cidades “interioranas” são a proliferação de condomínios residenciais auto-segregadores como é o caso do empreendimento *Costa da Serra Residencial Golf Club* instalado no pequeno município de Rancho Queimado ou o condomínio fechado *Villagos*, localizado no Vale do Rio Uruguai distante 16 km do centro de Chapecó, ambos com forte apelo ambiental e ecológico. Estes empreendimentos reificam “no interior” os medos e inseguranças presentes nas grandes cidades, isolando seus moradores em redomas altamente seguras e homogêneas do ponto de vista sócio-econômico, produzindo verdadeiros “oásis” espaciais.

A disseminação de modelos de vida pela mídia fica evidente nos comentários dos entrevistados, sobretudo quando são comparados e identificados como marginais, perigosos e violentos. O acesso às informações do modelo de vida urbana acaba por transformar os próprios moradores, sua rotina e seu cotidiano, tanto no que diz respeito às suas necessidades quanto nos valores que passam a adotar.

Existem muitos pontos negativos no bairro Núcleo do Rio Doce, como apontado até este momento através dos dados coletados *in loco*, entretanto vale ressaltar que a idéia de auto-segregação espacial não corresponde à realidade do local e a propaganda deste tipo de configuração, bem como sua valorização (novo “conceito de morar” que inclui lazer, segurança, tranquilidade, valorização da natureza e dos espaços paisagísticos) é também negativa para esta população. A mídia contribui, ainda, ao retratar a violência dos grandes centros urbanos como algo presente em igual intensidade em todas as cidades e bairros ligando-a, ainda, à bairros periféricos e apresentando como soluções a auto-segregação. Portanto, uma população de baixa renda, como a encontrada no Núcleo do Rio Doce, ao ser “informada” destas “novas necessidades do morar” é diretamente atingida por uma discriminação que pode, mas na maioria das vezes não se relaciona à sua realidade.

Em relação à geografia dos espaços residenciais das populações de baixa renda em cidades pequenas é urgente que avancemos no debate teórico acerca da definição do rural e do urbano. Não para polarizar a discussão e circunscrever espaços antagônicos em relação ao tamanho, funções, densidade ou qualquer outro critério setorial, mas como lembrou Bernardelli (2006), “o importante é a definição espacial destes universos” para compreendermos as interpenetrações da vida cultural que fazem com que os modos de vida das populações se alterem a partir das mudanças culturais que se processam e se comunicam nos dias de hoje ou, para usar uma máxima da ordem das percepções, para compreendermos em que medida no jogo das novas representações e identidades que se formam a partir do intercâmbio cultural “as pessoas podem sair da “colônia” e, ao mesmo tempo, “a colônia pode não sair de dentro delas”.

6. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo (2003), **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Atlas de Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil (2003), César Romero Jacob... [et al.] Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio; São Paulo: Loyola.

BERNARDELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora (2006). *Contribuição ao debate sobre urbano e o rural*. IN: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. e WHITACKER, Arthur Magon (org.) **Cidade e Campo: relações e contradições entre rural e urbano**. São Paulo: Expressão Popular.

CORRÊA Roberto Lobato (1989b), **A Rede Urbana**, São Paulo, Ática.

DELFINO, Deisiane dos Santos (2008), *Desenvolvimento e Planejamento Urbano na Cidade de Jaguaruna/SC: representação e atuação dos atores locais*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DIAS, Vera Lucia Nehls e MITCHEL, Ana Stumpf (2006), *A moradia popular e o “morar bem” no sul do Brasil: entre a realidade e o sonho*. 1º Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações: Reconstruções Teóricas do Geográfico. UFPR, Curitiba.

DIAS, Vera Lucia Nehls e MARTINELLO, André Souza (2007), *Diagnóstico do Canto do Moreira (Florianópolis/SC): ruralidade e patrimônio paisagístico natural*. Paper elaborado na disciplina de Geografia Urbana- UDESC/Florianópolis.

ENDLICH, Ângela Maria (2006), *Perspectivas sobre o urbano e o rural*. IN: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. e WHITACKER, Arthur Magon (org.) **Cidade e Campo: relações e contradições entre rural e urbano**. São Paulo: Expressão Popular.

SCARLATO Francisco Capuano (2001), *População e Urbanização Brasileira*, IN: ROSS, Jurandyr L. Sanches, **Geografia do Brasil**, 4ª edição, São Paulo, Edusp.

SEBRAE, Relatório Anual de Serviços e Indicadores Sociais 2005: Lebon Régis. Florianópolis, 2006.

VEIGA, José Eli da (2003), **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2ª ed. Campinas (SP): Autores Associados.